

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.660.613 - RS (2020/0028987-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : JOSE ALOISIO MATOS DE LIMA**  
**ADVOGADOS : CATIA SIMARA DA ROSA BITENCOURT - RS059814**  
**RODRIGO DA VEIGA LIMA - RS077503**  
**FABIANO COSTA DOS SANTOS - RS089631**  
**AGRAVADO : PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.**  
**ADVOGADOS : GERALDO NOGUEIRA DA GAMA - RS005951**  
**ROSANE BEYER FERREIRA E OUTRO(S) - RS040897**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por JOSE ALOÍSIO MATOS DE LIMA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL SEGUROS AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DE VIDA/INVALIDEZ LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO NO SENTIDO DE SE TRATAR DE DOENÇA DEGENERATIVA SEM DEMONSTRAÇÃO DE NEXO CAUSAL COM O TRABALHO EXERCIDO DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DEVER DE INFORMAÇÃO SENTENÇA MANTIDA APELO NÃO PROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 6º, III, 46 e 54, § 4º, do CDC, no que concerne ao dever de indenizar, no presente caso, trazendo os seguintes argumentos:

O recorrente foi acometido por doença ocupacional, apresentando limitação da coluna cervical e lombar conforme laudo pericial, estando incapaz para o exercício da sua atividade laborativa. Em simples palavras, a enfermidade é decorrente da atividade laboral exercida na empresa estipulante, com esforços contínuos e repetitivos, inclusive, houve a constatação de nexo concausal da lesão com a atividade exercida na estipulante do seguro (fl. 420).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega dissídio jurisprudencial, no que concerne à interpretação dada aos artigos de lei

apontados como violados.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Tenho como não caracterizada a invalidez permanente, situação essencial para recebimento da cobertura securitária. O laudo pericial, fls. 177 - 179, foi claro no sentido de que a limitação sofrida pelo autor "trata-se de processo degenerativo causador da patologia, sem caracterização de acidente típico". Não restou caracterizada, portanto, nexa causal com o trabalho exercido pelo autor, essencial para qualquer deferimento da verba indenizatória (fl. 409).

Assim, incide os óbices das Súmulas ns. 5 e 7 do STJ, uma vez que a pretensão recursal demanda reexame de cláusulas contratuais e reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Portanto, “a pretensão de alterar tal entendimento, considerando as circunstâncias do caso concreto, demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória e reanálise de cláusulas contratuais, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõem as Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.” (AgInt no AREsp 1227134/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 09/10/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no REsp 1716876/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 03/10/2019; AgInt no AREsp 1165518/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 04/10/2019; AgInt no AREsp 481.971/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 25/09/2019; AgInt no REsp 1815585/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 23/09/2019; e AgInt no AREsp 1480197/MG, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 25/09/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi

obstaculizada pelo enunciado das Súmulas 5 e 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: "Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso" (AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no REsp n. 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; AgInt no AREsp n. 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018; AgRg no AREsp n. 695.443/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente